

BOLETIM DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Um Suplemento ao n.º 2/88 (Março/Abril) insere o Relatório e Contas do Conselho Geral relativo a 1987.

O n.º 3/88, referente a Maio/Junho, abre com um *Editorial* da autoria do Director do Boletim e Bastonário da Ordem em exercício, Dr. Augusto Lopes Cardoso, sobre o tema O ADVOGADO NA EUROPA; tema da maior importância após a entrada de Portugal nas Comunidades e que também é abordado, em específicos aspectos e consequências, pelo Bastonário Dr. José Manuel Coelho Ribeiro, como consta do *Sumário* que capeia este número do Boletim:

- **O Advogado na Europa**

Uma chamada de atenção para os problemas que respeitam à prestação de serviços e ao direito de estabelecimento no âmbito comunitário: — os textos normativos fundamentais, as mais recentes decisões no Tribunal de Justiça, o C.C.B.E. visto pelo Bastonário Dr. Coelho Ribeiro, a regulamentação e os pareceres do Conselho Geral.

- **Especial legislação**

Ainda o art.106.º da Lei Orgânica de Tribunais; a insistência do Senhor Bastonário de que seja mantido o pedido de declaração de inconstitucionalidade e a anuência do Senhor Provedor de Justiça. O requerimento do Senhor Provedor de Justiça de apreciação de constitucionalidade de todas as normas do diploma que alterou o Código das Custas Judiciais.

- **Vida interna**

Os 150 anos da Associação do Advogado de Lisboa, e um novo Vice-Presidente.

- **Vida internacional**

A vitalidade crescente do intercâmbio de experiências dos Advogados.

- **Problemas da advocacia**

A justiça e a tecnocracia vistas pelo Senhor Dr. Artur Cunha Coelho, a propósito da preocupante questão da proliferação de centros decisórios na Magistratura. Um parecer da Procuradoria-Geral da República sobre o exercício da nossa profissão.

Encontra-se em distribuição o n.º 4/88 do Boletim respeitante ao bimestre Julho/Agosto, o qual insere um *Editorial* do seu Director, o Bastonário Dr. Augusto Lopes Cardoso — CARTA AO SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA —, expondo a situação de descontentamento e mal-estar geral que os Advogados vêm sentindo, quer perante determinadas medidas legislativas e administrativas de política da Justiça, quer em face de atitudes e declarações públicas, a nível de Governo, que comprovam uma má vontade insuspeitada à classe dos Advogados.

Sumário referenciado na capa deste último número do Boletim:

- **Dossier I.V.A.**

A proposta de Lei do Orçamento de Estado e as reacções da Ordem.

O diploma de revogação de isenção: as suas várias versões e a intervenção da Ordem junto do Governo e do Presidente da República.

O pedido ao Provedor de Justiça de que seja suscitada a inconstitucionalidade do diploma.

- **Actividade dos órgãos da Ordem**

As moções aprovadas na Assembleia Distrital de Lisboa.

A posição do Conselho Distrital do Porto.

A posição do Conselho Distrital de Coimbra.

As posições dos Conselhos Distritais de Évora, Açores e Madeira.